

Cidades de médio porte terão programa especial

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Governo Federal deverá aprovar, em breve, as diretrizes básicas para execução do programa de política urbana para as cidades de porte médio — que abrangerá aproximadamente 100 cidades brasileiras, de 100 a 500 mil habitantes, a serem indicadas pelas superintendências regionais, segundo informação da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU).

Todas as superintendências regionais já estão em atuação conjunta com os Estados, definindo as cidades de porte médio que serão prioritárias para o desenvolvimento de um programa global visando à desaceleração do crescimento das grandes metrópoles compatibilizada com a melhoria de infraestrutura urbana dos pólos de desenvolvimento do interior.

De acordo com informação prestada pela CNPU, o Governo já vem atuando parcialmente no planejamento urbano das cidades de porte médio — o programa está em execução no Estado de São Paulo — faltando ainda uma política global para sua execução em todo o País e definição de prioridades para cada Estado.

O primeiro passo nesse sentido — informou a CNPU — foi dado pelo Presidente Geisel que, em uma de suas recentes viagens ao Nordeste, recomendou a elaboração de planos para as cidades de porte-médio, como João Pessoa e Campo Grande na Paraíba, Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina (Espírito Santo).

Uma das principais razões para a preocupação do Governo Federal com relação ao crescimento dos pólos de desenvolvimento do interior do País se deve ao comportamento da população brasileira na última década que demonstrou uma acentuada preferência pelas cidades de porte-médio.

De acordo com observações de técnicos da CNPU, os fatores de atração das correntes migratórias para as cidades de porte-médio são, entre outros, melhores faixas salariais, melhor distribuição de renda e maiores possibilidades de aproveitamento de equipamentos urbanos — Educação, Saúde, Saneamento, Habitação e Lazer.

Estudo técnico

Segundo recente estudo realizado pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social da Secretaria de Planejamento — Ipea —, de autoria de Hamilton Tolosa, “o fato mais notável na evolução do sistema urbano brasileiro foi a emergência das cidades de porte médio”.

— Na década de 50 surgiam os centros médios localizados na periferia das grandes cidades e que posteriormente formariam

com estas as atuais áreas metropolitanas. Fenômeno mais recente na década de sessenta, é o destaque dos centros médios distantes dos grandes núcleos metropolitanos. O número das cidades de tamanho entre 100 a 250 mil habitantes passou de 14 em 1960 para 32 em 1970.

Afirma o estudo que grande parte desses centros estão localizados no Estado de São Paulo, mas começam a surgir também nas regiões de fronteira, tal como no Paraná e no Centro-Oeste, enquanto no Nordeste incluem-se nesta categoria as capitais estaduais. “O reforço dos centros médios relativamente ao sistema urbano representa indicação segura de que o Brasil está ingressando numa nova fase de desenvolvimento urbano”.

Segundo dados da CNPU, o Brasil estará em 1980; com uma população urbana da ordem de 78 milhões de habitantes, cerca de dois terços do total da população nacional estimada.

Consideram os técnicos da CNPU que os fluxos migratórios que decorrem da ausência de estrutura nas cidades pequenas e médias estão afogando os grandes centros e desequilibrando o processo de ocupação do espaço.

“O desequilíbrio tem sido, agravado no processo de urbanização do país: de um lado a proliferação dos grandes aglomerados urbanos e, de outro, as pequenas cidades sem estrutura. A saída, seria o equipamento das cidades de porte médio, promovendo-se através delas um processo de desconcentração industrial e de ocupação territorial melhor programada, na medida que também se tornariam em centros mais atrativos para as correntes migratórias”, afirmam.

Para a CNPU, a elaboração de diretrizes globais, com a definição das estruturas urbanas a serem implementadas nas diferentes regiões, passam a ser, no momento, “um ponto capital da estratégia nacional”. Dotar estas cidades de uma infra-estrutura urbana satisfatória é a nova grande meta do Governo, no campo do planejamento urbano.

Recursos garantidos

Segundo dados da CNPU já existem recursos garantidos para a execução de programas de desenvolvimento urbano para as seguintes cidades, no corrente ano:

Belo Horizonte, Cr\$ 177,50 milhões; Porto Alegre, 160 milhões; Salvador, Cr\$ 121,01 milhões; Campina Grande e João Pessoa, Cr\$ 32,94 milhões; Vitória, Cachoeiro do Itapemirim e Colatina, Cr\$ 28,55 milhões; Niterói, Cr\$ 37,30 milhões; Recife, Cr\$ 150 milhões; Curitiba, Cr\$ 48 milhões; Manaus, Cr\$ 60 milhões; Goiânia, Cr\$ 60 milhões; cidades de porte médio de São Paulo, Cr\$ 240 milhões.